

O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II)*

*David Harvey***

Resumo:

Processos predatórios de desapossamento, com diversos recursos à violência, o que passa pela intervenção estatal, longe de se restringirem a um momento encerrado na pré-história do capitalismo, constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais da expansão deste modo de produção e seu exame é imprescindível para a compreensão do “novo imperialismo”.

Em a *Acumulação de Capital*, Luxemburg centra sua atenção no caráter dual da acumulação de capital:

“Um diz respeito ao mercado de mercadorias e ao lugar aonde o valor excedente é produzido – a fábrica, a mina, propriedade agrícola. Considerada sob esta luz, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Aqui, na forma de qualquer valor, paz, propriedade e igualdade prevalecem, e a apurada dialética da análise científica é requisitada para revelar como o direito de propriedade se converte no curso da acumulação em apropriação de propriedade alheias, como a troca de mercadorias se transforma em exploração e a igualdade torna-se domínio de classe. O outro aspecto da acumulação de capital diz respeito às relações entre capitalismo e formas de produção não capitalistas, que se desenvolvem no cenário internacional. Seus métodos predominantes são a polícia colonial, um sistema de empréstimos internacional – política de interesses privados – e a guerra. Violência, fraude, opressão, roubo são abertamente revelados sem nenhum esforço para ocultá-los, e assim requerem um esforço para descobrir no meio desta confusão de políticas de violência e disputas de poder as severas leis do processo econômico”.

Assim, estes dois aspectos da acumulação são “organicamente vinculados” e “a evolução histórica do capitalismo somente pode ser compreendida se as estudamos conjuntamente” (Luxemburg, 1968: 452-3).

A teoria geral da acumulação de capital de Marx é construída sobre pressupostos que, de um modo geral, coincidem com os da economia política clássica e excluem os processos de acumulação primitivos. Estes pressupostos são mercados competitivos funcionando livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um Estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor e como meio de circulação. Estes pressupostos permitem aos Estados Unidos observar o que ocorreria se o projeto liberal da política econômica clássica (ou o projeto neoliberal) se

* Traduzido do original publicado em *Socialist Register*, julho/03 (The new imperialism). Neste número, de *Lutas Sociais*, publicamos a segunda parte do artigo. Tradução de Mariana Bueno e Fhoutine Marie Reis Souto, pesquisadoras do NEILS. Revisão de Lúcio Flávio de Almeida. A primeira parte saiu no número anterior desta revista. Agradecemos à Merlin Press (www.merlinpress.co.uk) por permitir a publicação deste artigo.

** Geógrafo, autor de *A condição pós-moderna*, *The Limits to Capital*, *Espaços de esperança* e *O novo imperialismo*

realizasse. O brilho do método dialético de Marx consiste em mostrar que a liberalização do mercado não produz uma situação harmônica; produz, ao contrário, maior nível de desigualdade social (como tem ocorrido nos últimos trinta anos de neoliberalismo, particularmente naqueles países que se ativeram mais estreitamente a esta linha política, como a Inglaterra e os Estados Unidos). Marx também prevê que isto irá produzir crescentes instabilidades que culminarão em crises crônicas de sobreacumulação (como a que estamos presenciando agora).

A desvantagem destes pressupostos é que eles relegam a acumulação baseada na predação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que não é mais considerada relevante, como argumenta Luxemburg, como algo “exterior” ao sistema capitalista. Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas predatórias de acumulação “primitiva” ou “original” no interior da longa história geográfica da acumulação de capital, mostra-se pertinente, como vários comentadores têm observado recentemente²⁰. Uma vez que parece inadequado chamar um processo em curso de “primitivo” ou “original”, eu irei de agora em diante substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por desapossamento”.

Um olhar mais atento sobre a descrição que Marx realiza da acumulação primitiva revela uma ampla linha de processos. Isto inclui a mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comum, coletiva, estatal – em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos (indígena); os processos colonial, neocolonial e imperial de apropriação de bens (inclusive de reservas naturais); monetarização das trocas e da cobrança de impostos (particularmente da terra); mercado de escravos; usura; o débito nacional; e, por fim, o sistema de crédito como um meio radical de acumulação primitiva.

O Estado, com seu monopólio de violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial, tanto sustentando como promovendo estes processos. Existem evidências consideráveis (como sugerem Marx e Braudel) de que a transição para o desenvolvimento capitalista foi amplamente apoiada pelo Estado – o que ocorreu fortemente na Inglaterra, não tão intensamente na França e que foi coibido, até recentemente, na China (Marx, 1967: parte 8; Braudel, 1977). A recente mudança na China indica que se trata de um processo em curso e existem fortes evidências, particularmente no Leste e Sudeste da Ásia, de que as políticas estatais (como o caso de Singapura) tiveram um papel fundamental

²⁰ Perelman (2000). Também existe um extenso debate em *The Commoner* (www.thecommoner.org) sobre as novas delimitações da acumulação primitiva e se esta deve ser compreendida como um processo histórico ou um como um processo contínuo. De Angelis (<http://homepages.uel.ac.uk/M.DeAngelis/PRIMACCA.htm>) oferece uma boa síntese.

na definição da intensidade e dos padrões das novas formas de acumulação de capital. O papel do “Estado desenvolvimentista” nas recentes fases da acumulação de capital tem sido objeto de intensa análise²². Basta olhar para o passado na Alemanha de Bismarck ou no Japão de Meiji para reconhecer que isto vem ocorrendo há algum tempo.

Todos os pontos mencionados por Marx permaneceram fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo. E, conforme ocorreu no passado, estes processos de desapossamento vêm provocando um grande número de resistências, muitas das quais atualmente formam o núcleo das preocupações dos movimentos anti-globalização.²³ Alguns deles foram adequados a desempenhar um papel ainda mais importante hoje do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro, como Lênin, Hilferding e Luxemburg apontaram, têm sido importantes alavancas para depredação, fraude e roubo. Promoção das bolsas de valores, esquemas de “ponzi”, destruição estruturada de bens por meio da inflação, desvalorização de bens por meio de fusões e aquisições, escravidão por dívidas, isto sem mencionar a fraude corporativa, desapossamento de bens (invasão dos fundos de pensão e seu extermínio pelos colapsos acionários e corporativos) por meio da manipulação do crédito e das ações - tudo isto são traços do que é o capitalismo contemporâneo. Mas acima de tudo devemos prestar atenção aos ataques levados a cabo pelos fundos seguros e outras instituições do capital financeiro como o auge da acumulação por desapossamento nos últimos anos.

Também surgiram mecanismos completamente novos de acumulação por desapossamento. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (denominados acordos TRIPS) aponta de que modos patentes e materiais genéticos, plasmados de sementes e diversos tipos de produtos podem atualmente ser utilizados contra populações cujas práticas de manuseio tiveram um papel crucial no desenvolvimento destes materiais. A biopirataria excessiva e o roubo do estoque mundial de recursos genéticos em benefício de poucas empresas multinacionais estão em processo. A depredação dos bens do meio ambiente global (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental na produção agrícola têm igualmente resultado na total transformação da natureza em mercadoria.

A mercantilização das formas culturais, histórias e da produção intelectual supõem a total desposseção (a indústria da música se destaca pela

²² Wade e Veneroso (1998:7) propõem a seguinte definição: “altas poupanças domésticas, mais altas proporções de débito/equilíbrio, mais colaboração entre bancos-empresas-Estado, mais uma estratégia industrial nacional, mais incentivos em investimentos baseados na competitividade internacional, igual a “Estado desenvolvimentista”. A este respeito, consultar também o clássico estudo de Johnson (1982); e quanto ao impacto empírico das políticas estatais sobre as taxas relativas de crescimento econômico, ver a documentação elaborada por Webber e Rigby (1996).

²³ A extensão da resistência está indicada em Gills (2000). Ver também Breecher e Costello (1994). Um guia recente e muito interessante é fornecido por Bello (2002). A idéia da globalização desde baixo está descrita sucintamente por Falk (2000).

apropriação e exploração da cultura e criatividade popular). Até aqui a “corporativização” e a privatização dos bens públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização (da água, serviços públicos de todos os tipos) que varreu o mundo, indica uma nova rodada de “cercamento dos bens comuns”. Assim como no passado, o poder estatal é freqüentemente utilizado para forçar estes processos, mesmo contra o desejo público. Isto nos leva de volta à questão da luta de classes. A reversão dos direitos de propriedade comum ganhos por meio de lutas no passado (o direito a uma pensão estatal, ao bem-estar, ou ao sistema de saúde nacional) para o domínio privado tem sido uma das mais rudes de todas as políticas de desapossamento levadas a cabo em nome do neoliberalismo ortodoxo. Não surpreende então, que muito da ênfase dos movimentos antiglobalização nos últimos tempos tenha se centrado na exigência de bens comuns e no ataque ao papel conjunto do Estado e do capital na sua apropriação.

O capitalismo internaliza práticas canibalísticas, depredadoras e fraudulentas. Mas, como Luxemburg observou, é “freqüentemente difícil determinar, dentro da emaranhado de violência e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. A acumulação por desapossamento pode ocorrer de diversas formas e seu *modus operandi* tem muito de contingente e aleatório. Ainda assim, ocorre em todos os lugares e independentemente do período histórico, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização. Arendt sugere, por exemplo, que, para a Inglaterra no século XIX, as depressões dos anos 60 e 70, deram o impulso inicial a uma nova forma de imperialismo na qual a burguesia tomou consciência “pela primeira vez que o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível ‘a acumulação do capital’ (Marx) e dera início a toda acumulação ulterior, tinha eventualmente de se repetir sob pena do motor da acumulação desintegrar-se” (Arendt, 1968: 28). Isto nos leva novamente às relações entre a busca por ajustes espaço-temporais, os poderes estatais, a acumulação por desapossamento e as formas do imperialismo contemporâneo.

O “novo imperialismo” ?

Faz muito tempo que as formações sociais capitalistas, quase sempre dominadas por um centro hegemônico, empregam práticas quase-imperialistas na busca por ajustes espaço-temporais de seus problemas de sobreacumulação. No entanto, é possível periodizar a geografia histórica destes processos ao tomar o argumento de Arendt de que o imperialismo centrado na Europa durante o período de 1884-1945 constituiu a primeira tentativa de domínio político global pela burguesia. Os Estados-nação individuais engajaram-se em seus próprios projetos imperialistas para lidar com seus problemas de sobreacumulação e de conflitos de classe internos. Inicialmente estabilizado sob a hegemonia britânica e construído ao redor de

fluxos de capitais livres e mercadorias no mercado mundial, o primeiro sistema se decompôs na virada do século em conflitos geopolíticos entre os principais poderes que buscavam autarquia em sistemas crescentemente fechados. Este sistema culminou em duas guerras mundiais, confirmando em boa parte o que Lênin previu. Parte do resto do mundo foi saqueada de seus recursos durante este período com o objetivo de que a acumulação por desapossamento compensasse a incapacidade crônica de sustentar o capitalismo por meio da reprodução ampliada, que surgiu nos anos 30. Basta olhar para a história do que o Japão fez com Taiwan ou a Inglaterra com o Rand do Sul da África.

Este sistema foi substituído em 1945 por outro liderado pelos Estados Unidos, que procuravam estabelecer uma aliança global entre todas as principais forças capitalistas, a qual tinha por objetivo evitar guerras de destruição recíproca e procurar uma forma racional de lidar coletivamente com a sobreacumulação que infestou os anos 30. Para que isto acontecesse era preciso dividir os benefícios da intensificação de um capitalismo integrado nas regiões centrais (daí o apoio norte-americano às iniciativas de configuração da União Européia) comprometidos em uma expansão geográfica sistemática do sistema (daí a insistência dos Estados Unidos sobre a descolonização e o “desenvolvimentismo” como um objetivo generalizado ao resto do mundo). Esta segunda fase do domínio burguês global foi possível pela contingência da Guerra Fria. Isto implicou uma liderança militar e econômica norte-americana como a única superpotência capitalista (o efeito foi a construção de “superimperialismo” estadunidense hegemônico). Mas os EUA tiveram de absorver excedentes, mediante ajustes espaço-temporais internos (tais como os sistemas de rodovias interestaduais, suburbanização desorganizada e o desenvolvimento das suas regiões Leste e Oeste). O país não era muito dependente de exportações ou de importações e podia permitir a abertura de seu mercado para outros e deste modo absorver por um tempo a capacidade excedente que começava a surgir particularmente na Alemanha e no Japão durante os anos 60. Um sólido crescimento por meio da reprodução ampliada ocorreu no mundo capitalista e a acumulação via desapossamento foi relativamente silenciada²⁵. Instaurou-se um intenso controle sobre o movimento do capital (em oposição ao das mercadorias) e a luta de classes dentro dos Estados-nação foi contida pela superexpansão da reprodução ampliada. As principais lutas geopolíticas que surgiram foram as da Guerra Fria (com o outro império construído pelos soviéticos) e as lutas de classes residuais (influenciada pelas políticas da Guerra Fria que incentivaram os EUA a apoiar muitos regimes pós-coloniais reacionários), que resultaram na relutância das potências européias em se desvincularem de suas possessões coloniais (a invasão de Suez pela Inglaterra e França em

²⁵A este respeito, a melhor exposição foi feita por Armstrong, Glyn e Harrison (1991).

1956, não apoiada pelos Estados Unidos, foi emblemática). O ressentimento crescente gerado por estarem confinados em uma situação espaço-temporal de perpétua subordinação ao centro suscitou movimentos de independência e de libertação nacional (apoiados, em ampla medida, por uma grande quantidade das análises teóricas, formuladas pela esquerda, sobre o desenvolvimentismo e a dependência).

Este sistema faliu por volta de 1970, quando a posição econômica hegemônica dos Estados Unidos se tornou insustentável. Tornou-se difícil impor controles de capital, uma vez que os dólares norte-americanos excedentes inundaram o mercado mundial. Os EUA então buscaram construir um tipo diferente de sistema, baseado em uma combinação de novos acordos internacionais e financeiro-institucionais para reagir às ameaças econômicas da Alemanha e Japão e centralizar novamente o poder econômico como capital financeiro operando a partir de Wall Street. A conivência (agora documentada) entre a administração de Nixon e os sauditas para elevar o preço do petróleo em 1973 causou muito mais dano às economias européias e japonesas do que à norte-americana (que naquele momento não era muito dependente das ofertas do Oriente Médio). Os bancos dos Estados Unidos tiveram o privilégio de reciclar os petrodólares na economia mundial²⁶. Ameaçados na esfera da produção, os Estados Unidos contra-atacaram impondo sua hegemonia por meio das finanças. Mas, para que este sistema funcionasse efetivamente, os mercados em geral e os mercados de capitais em particular tinham que ser forçados a se abrir ao comércio internacional (um processo lento que requisitou uma forte pressão dos EUA baseada no uso de alavancas internacionais tais como o FMI e do compromisso igualmente intenso com o neoliberalismo como a nova ortodoxia econômica). Isto implicou também uma mudança na correlação de forças e interesses dentro da burguesia dos setores produtivos e das instituições de capital financeiro e poderia ser utilizado para atacar o poder dos movimentos da classe trabalhadora dentro da reprodução ampliada tanto diretamente (exercendo uma supervisão disciplinada na produção) como indiretamente, ao facilitar uma enorme mobilidade geográfica de todas as formas de capital. Assim, o capital financeiro foi central nesta terceira fase da dominação burguesa sobre a economia mundial.

Este sistema foi muito mais volátil e predatório e conheceu vários períodos breves de acumulação por desapossamento (normalmente sob a forma de programas de ajuste estrutural administrados pelo FMI) como um antídoto para a incapacidade de manter a reprodução ampliada sem entrar em crises de sobreacumulação. Em alguns casos, como na América Latina nos anos 80, economias inteiras foram invadidas e seus ativos foram apropriados pelo capital financeiro norte-americano. Em outros, isto foi simplesmente

²⁶ Gowan (1999: 21-2) cita as evidências da conivência entre Nixon and the Saudis.

uma exportação de desvalorização. O ataque dos *hedge funds* à moeda tailandesa e à da Indonésia em 1997, respaldado pelas selvagens políticas deflacionárias exigidas pelo FMI, levaram a falência até mesmo empresas viáveis e reverteram o extraordinário progresso social e econômico realizado em todo o Leste e Sudeste da Ásia. O resultado para milhões de pessoas foi desemprego e empobrecimento. As crises convenientemente incentivaram um deslocamento para o dólar, confirmando o domínio de Wall Street e generalizando um extraordinário *boom* nos valores dos bens para os ricos nos Estados Unidos. As lutas de classe começaram a ser travadas em torno temas como ajustes estruturais impostos pelo FMI, atividades predatórias do capital financeiro e perdas de direitos mediante as privatizações.

Crisis de dívidas podem ser usadas para reorganizar internamente as relações sociais de produção de cada país, de modo a favorecer a penetração de capitais externos. Os regimes financeiros internos, os mercados internos e as empresas prósperas ficaram suscetíveis ao controle das companhias americanas, japonesas ou européias. Os lucros baixos nas regiões centrais poderiam ser suplementados com uma parte dos altos lucros obtidos no exterior. A acumulação por desapossamento se torna uma característica central dentro do capitalismo global (com as privatizações como um de seus principais mantras). A resistência nesta esfera, mais do que dentro da reprodução ampliada, se tornou mais central no interior dos movimentos anticapitalistas e antiimperialistas.²⁷ Mas o sistema, ainda que centrado no complexo Wall Street – Reserva Nacional, tinha muitos aspectos multilaterais com os centros financeiros de Tokyo, Londres-Frankfurt e muitos outros centros financeiros participantes. Isto foi associado com a emergência das corporações capitalistas transnacionais as quais, apesar de estarem baseadas em um ou outro Estado-nação, se estenderam através do mapa mundial em formas que foram impensáveis nas fases anteriores do imperialismo (os trustes e cartéis descritos por Lênin estavam estreitamente vinculados a Estados-nação particulares). Este era o mundo da Casa Branca de Clinton, com um Secretário de Tesouro todo-poderoso, Robert Rubin, proveniente do setor especulativo de Wall Street, que procurou administrar através de um multilateralismo centralizado (resumido, em meados dos anos 90, no chamado “Consenso de Washington”). Por um instante pareceu que Lênin estava equivocado e Kautsky estava correto – um ultraimperialismo baseado em uma “pacífica” colaboração entre todas as principais potências capitalistas

²⁷ A esquerda atada como estava (e em muitos aspectos ainda está) a políticas da reprodução ampliada foi lenta em reconhecer a importância dos protestos contra o FMI e outros movimentos contra a desapossamento. Retrospectivamente, destaque-se o estudo pioneiro de Walton (1984) sobre os padrões dos protestos contra o FMI. Também parece correto realizar uma análise mais sofisticada para determinar quais dos vários movimentos contra o desapossamento são regressivos ou anti-modernizantes, no sentido socialista, e quais podem ser progressivos ou ao menos inclinados nesta direção através de suas alianças. Como sempre, a forma como Gramsci analisou a questão meridional parece ser um estudo pioneiro neste tema. Petras (2002) recentemente enfatizou este ponto na sua crítica a Hardt e Negri (2000). Os camponeses ricos lutando contra a reforma agrária diferem dos camponeses pobres lutando pelo direito a subsistir.

(agora simbolizado pelo agrupamento conhecido como G-7 e a chamada “nova arquitetura financeira internacional, mas ainda sob a hegemonia dos Estados Unidos) era possível”²⁸.

Este sistema se encontra atualmente em sérias dificuldades. A profunda volatilidade e a caótica fragmentação dos conflitos de poder torna difícil, como Luxemburg apontou, discernir como as duras leis econômicas estão trabalhando por trás da fumaça e dos jogos de espelhos (particularmente aqueles do sistema financeiro). Mas enquanto as crises de 1997-8 revelaram que os principais centros com capacidade produtiva excedente se encontram no Leste e no Sudeste da Ásia (e parecem visitar singularmente esta região), a rápida recuperação do capitalismo em algumas partes desta mesma região voltou a impor o problema geral da sobreacumulação no centro dos assuntos internacionais.²⁹ Isto coloca a questão de como uma nova forma de ajustes espaço-temporais (dentro da China?) pode ser organizada ou quem suportará o impacto de um novo ciclo de desvalorização. A incipiente recessão nos EUA, após uma década ou mais de uma espetacular (mesmo se “irracional”) exuberância fornece indícios de que os Estados Unidos podem não estar imunes. A maior culpada pela instabilidade reside na rápida deterioração da balança de pagamentos dos Estados Unidos. De acordo com Brenner (2002: 3), “a mesma explosão das importações que impulsionou a economia mundial” durante os anos 1990, “levou o comércio e os déficits da conta corrente nos Estados Unidos a níveis recordes, conduzindo ao crescimento histórico sem precedentes das responsabilidades para com os proprietários estrangeiros” e “ao precedente histórico da vulnerabilidade da economia dos Estados Unidos à fuga de capitais e ao colapso do dólar”. Mas esta vulnerabilidade atinge ambas as partes. Se o mercado norte-americano entrar em colapso, as economias que se orientam por este mercado como um receptor das suas capacidades produtivas excedentes irão se afundar com ele. A rapidez com que os bancos centrais de países como Japão e Taiwan concedem empréstimos para cobrir o déficit norte-americano, tem um forte elemento de interesse próprio. Deste modo, eles financiam o consumo dos Estados Unidos, que forma o mercado para seus produtos. Neste momento eles podem até mesmo estar financiando os esforços militares norte-americano.

Porém, a hegemonia e o domínio dos Estados Unidos estão, mais uma vez sob ameaça e desta vez o perigo parece mais agudo. Se Braudel, seguido por Arrighi, está correto, e uma poderosa onda de financeirização é um prelúdio de uma transferência do poder dominante de uma hegemonia a outra (como tem sido o caso historicamente), então o giro dos Estados

²⁸ Anderson (2002: 20) assinala como “algo proposto por Kautsky” teria se realizado e que teóricos liberais, como Robert Keohane, também perceberam a conexão. Sobre a nova arquitetura financeira internacional, ver Soederberg (2002).

²⁹ Ver Burkett e Hart-Landsberg (2001).

Unidos para a financeirização nos anos 70 poderia ser visto como um movimento de autodestruição (Arrighi e Silver, 1999). Os déficits (tanto internos quanto externos) não podem continuar crescendo descontroladamente por tempo indefinido e a capacidade e vontade de outros (primeiramente na Ásia) para financiá-los (ao ritmo de US\$ 2,3 bilhões por dia a taxas correntes) não é inesgotável. Qualquer outro país no mundo que exibisse a condição macroeconômica da economia norte-americana estaria sujeito a uma cruel austeridade e a mecanismos de ajustes estruturais do FMI. Mas, como aponta Gowan (1999: 123) “A capacidade de Washington manipular o preço do dólar e explorar o domínio financeiro internacional de Wall Street permite às autoridades norte-americanas evitar fazer o que os outros Estados tiveram que fazer: vigiar a balança de pagamentos; ajustar a economia doméstica para garantir altos níveis de poupança e de investimento e os níveis de endividamento público e privado, e assegurar um efetivo sistema doméstico de intermediação financeira para garantir o forte desenvolvimento do setor produtivo interno”. A economia estadunidense teve “um caminho de fuga de todas estas tarefas” e como resultado se tornou “profundamente distorcida e instável”. Além disso, as sucessivas ondas de acumulação por desapossamento, marca registrada do novo imperialismo centrado nos Estados Unidos, estão provocando resistência e ressentimentos aonde quer que surjam, gerando não apenas um ativo movimento antiglobalizante (muito diferente da forma assumida pelas lutas de classe nos processos de reprodução ampliada), mas também uma ativa resistência à hegemonia norte-americana por parte de poderes subordinados antes flexíveis à sua influência, particularmente na Ásia (a Coreia do Sul é um caso).

As opções para os Estados Unidos são claramente limitadas. Eles poderiam se afastar de sua trajetória imperialista ao comprometer-se com uma massiva redistribuição de riqueza dentro de sua fronteira e buscar esquemas de absorção do excedente através de ajustes temporais internos (melhoras na educação pública seria um bom ponto de partida). Uma estratégia industrial para revitalizar seu setor manufatureiro também ajudaria. Mas isto requereria mais financiamento deficitário ou maiores impostos, assim como uma forte direção estatal, precisamente o que a burguesia se negará a aceitar (como aconteceu nos tempos Chamberlain). Qualquer político que propusesse tal pacote seria com certeza arrasado aos gritos pela imprensa capitalista e seus ideólogos, assim como perderia qualquer eleição frente ao devastador poder do dinheiro. Ainda assim, ironicamente, um contra-ataque massivo dentro dos EUA, bem como nos outros países capitalistas centrais (particularmente na Europa), contra as políticas neoliberais e o corte do gasto estatal com políticas sociais poderia ser uma das poucas formas de proteger internamente o capitalismo de suas tendências autodestrutivas.

Ainda mais politicamente suicida para os Estados Unidos seria tentar aplicar mediante autodisciplina o tipo de programa de austeridade que o FMI habitualmente impõe aos outros. Qualquer tentativa de fazê-lo por forças externas (como a fuga de capitais e o colapso do dólar) geraria certamente uma feroz resposta política, econômica e militar. É difícil imaginar que os EUA aceitariam pacificamente e se adaptariam ao fenomenal crescimento do Leste da Ásia e reconhecer, como sugere Arrighi, que estamos no meio de uma importante transição para a constituição da Ásia como centro hegemônico do poder global.³³ É improvável que os EUA se despeçam tranqüila e pacificamente. De qualquer forma, isto implicaria uma radical reorientação – da qual alguns sinais já existem – do capitalismo do Leste Asiático de uma situação de dependência ao mercado norte-americano para o desenvolvimento de um mercado interno dentro da própria Ásia. Aqui é onde o grande programa de modernização dentro da China - uma versão interna de ajuste espaço-temporal equivalente à que os EUA realizaram internamente nos anos 50 e 60 – pode jogar um papel central na gradual absorção dos excedentes de capitais do Japão, Taiwan e Coréia do Sul e, portanto diminuir os fluxos para os Estados Unidos. A conseqüente falta de fundos para este país poderia ter conseqüências calamitosas.

É neste contexto que vemos setores das elites políticas norte-americanas buscando exercitar o músculo militar como o único poder que lhes sobrou, falando abertamente de império como opção política (presumivelmente para extrair tributos do resto do mundo) e buscando controlar os estoques de petróleo como meio de conter as ameaças de mudança de poder dentro da economia mundial. As tentativas dos Estados Unidos de incrementar o controle sobre as reservas de petróleo do Iraque e da Venezuela (no primeiro caso aparentemente com a intenção de estabelecer a democracia e no segundo de derrubá-la) fazem muito sentido. Eles buscam uma repetição do que aconteceu em 1973, uma vez que a Europa e o Japão, assim como o Leste e o Sudeste da Ásia (agora com a crucial inclusão da China) estão ainda mais dependentes do petróleo do Golfo do que os EUA. Se os Estados Unidos tiverem sucesso com seus projetos de derrubar tanto Chávez quanto Saddam, se isto puder estabilizar ou reformar o regime saudita atualmente baseado no autoritarismo (e com o perigo iminente de cair nas mãos de islâmicos radicais – o que era, aliás, o objetivo de Osama bin Laden), se puderem avançar (como parece provável) do Iraque para o Irã e consolidar sua posição na Turquia e Uzbequistão como uma estratégia presente em relação às reservas petrolíferas da região do Cáspio, então os EUA poderão

³³ Arrighi não prevê nenhum desafio externo sério, mas ele e seus colegas concluem que os Estados Unidos "têm capacidades ainda maiores do que a Inglaterra tinha até um século atrás para converter sua declinante hegemonia em uma dominação exploradora. Se o sistema eventualmente cair, será primeiramente devido a resistência norte americana a realizar ajustes e adaptações. E, no sentido contrário, o ajuste e a adaptação dos Estados Unidos ao crescente poder econômico do Leste da Ásia é uma condição essencial para uma transição não catastrófica para uma nova ordem mundial". Ver Arrighi e Silver (1999).

ter esperança de manter o controle efetivo sobre a economia global e assegurar sua posição hegemônica nos próximos cinquenta anos (Klare, 2002).

Os perigos de uma estratégia deste tipo são imensos. A resistência será formidável na Europa na Ásia e não menor na Rússia. Um exemplo disto é a relutância em sancionar a invasão militar norte-americana no Iraque, particularmente pela França e pela Rússia os quais já mantinham fortes conexões com a exploração de petróleo no Iraque. E os europeus em particular se sentem muito mais atraídos por uma visão kautskiana de ultraimperialismo, no qual as principais potências capitalistas supostamente irão colaborar sobre uma base igualitária. A continuação de uma conturbada hegemonia norte-americana (super-imperialismo), que descansa sobre uma permanente militarização e ações aventureiras que podem seriamente ameaçar a paz global, não parece muito atrativa para o resto do mundo.

Isto não quer dizer que o programa europeu seja muito mais progressista. Se acreditarmos em Robert Cooper, consultor de Blair, este modelo ressuscitaria as distinções entre os estados civilizados, bárbaros e selvagens do século XIX, sob a aparência de estados pós-modernos, modernos e pré-modernos, com os pós-modernos como guardiões da conduta civilizada descentrada, esperada a induzir por meios diretos ou indiretos a obediência às normas universais (leia-se “ocidentais” ou “burguesas”) e as práticas humanísticas (leia-se “capitalistas”) ao redor do mundo (Cooper, 2002). Esta foi exatamente a forma como os liberais do século XIX, entre os quais John Stuart Mill, justificavam a manutenção da tutela sobre Índia e a extração de tributos externos enquanto internamente glorificavam os princípios do governo representativo. Na ausência de uma forte revitalização da acumulação via reprodução ampliada, ocorrerá um aprofundamento das políticas de acumulação por desapossamento em todo o mundo com o objetivo de evitar que o motor da acumulação seja paralisado.

Esta forma alternativa de imperialismo dificilmente será aceita por amplas faixas da população mundial que, poucas décadas atrás, combateram a acumulação por desapossamento e as formas predatórias de capitalismo. A artimanha liberal que alguém como Cooper propõe é demasiado familiar entre os autores pós-coloniais para exercer muita atração.³⁶ O rude militarismo que os Estados Unidos estão crescentemente propondo, sob o pretexto de que é a única resposta possível para o terrorismo global, não está apenas carregada de perigo (incluindo os do “ataque preventivo”), como também esta sendo gradualmente percebido como uma máscara para tentar sustentar a hegemonia ameaçada – senão já perdida – no sistema global.

Talvez a questão mais interessante se refira à resposta dentro do próprio Estado norte-americano. Neste ponto Hannah Arendt novamente formula

³⁶ A crítica feita por Mehta (1999) é simplesmente devastadora quando dirigida às formulações de Cooper.

um argumento eficaz: o imperialismo não pode se sustentar por muito tempo sem ativas repressões, inclusive tirania interna (Arendt, 1968)³⁷. O dano causado às instituições democráticas internas pode ser substancial (como os franceses aprenderam durante a luta pela independência da Argélia). A tradição popular nos Estados Unidos é anticolonial e antiimperial e nas últimas décadas foram necessários muitos truques (quando não fraudes declaradas), para dissimular o papel imperial dos EUA no mundo ou ao menos para revesti-lo de grandes intenções humanitárias. Não está claro se a população norte-americana irá apoiar a longo prazo uma mudança para um império militarizado (não mais do que aceitou a guerra do Vietnã). Tampouco é provável que aceite por muito tempo o preço das cláusulas repressivas incluídas nas Atos Patrióticos e de Segurança Interna, que deve pagar internamente em termos de direitos e liberdades civis e gerais. Se o império anular a Carta de Direitos, então não está claro se este trato será facilmente aceito.

O outro lado desta dificuldade é que, na ausência de uma dramática retomada da acumulação sustentada, a economia dos EUA provavelmente afundará em uma depressão deflacionária que parecerá insignificante se comparada com a experiência japonesa da última década. Se ocorrer uma séria fuga de dólar, a austeridade terá que ser intensa, a menos que surja uma política de redistribuição de riqueza e bens inteiramente distinta (uma perspectiva que a burguesia contemplará com horror), centrada na completa reorganização das infra-estruturas sociais e físicas da nação para absorver o capital e o trabalho ocioso em tarefas socialmente úteis, opostas àquelas puramente especulativas.

O aspecto e forma que o novo imperialismo tomará está por definir-se. A única coisa certa é que estamos no meio de uma importante transição na forma como o sistema funciona e que existem uma variedade de forças em movimento que podem facilmente inclinar a balança em uma ou outra direção. A balança entre acumulação por desapossamento e reprodução ampliada já pendeu em favor da primeira e é difícil imaginar que esta tendência não se aprofunde, tornando-se a marca registrada do novo imperialismo. Também sabemos que a trajetória econômica assumida pela Ásia é a chave, mas que o domínio militar continua situado nos Estados Unidos. Esta, como assinala Arrighi é uma configuração única e nós podemos estar vendo no Iraque a primeira etapa de como esta configuração poderia operar geopoliticamente no cenário mundial, em um contexto de recessão generalizada. A hegemonia dos Estados Unidos que, no período do pós-guerra, se baseava na produção, finanças e poder militar perdeu sua superioridade na produção depois de 1970 e pode estar neste momento perdendo seu domínio financeiro, restando apenas o poderio militar. Desse

³⁷ Como observa Williams (1980), isto tem sido uma persistente fonte interna de preocupação contra aventuras imperiais da parte dos EUA.

modo, o que ocorre dentro dos EUA é um determinante de importância vital de como o novo imperialismo será articulado. Existe uma acumulação de forças opostas ao aprofundamento da acumulação por desapossamento. Mas as formas de lutas de classes que isto provoca são de uma natureza radicalmente diferente das clássicas lutas proletárias associadas à reprodução ampliada (que continuam se desenvolvendo ainda que em formas cada vez mais silenciosas) sobre a qual tradicionalmente o futuro do socialismo se apoiava. É vital impulsionar as alianças que começam a imergir em torno destes diferentes vetores de lutas, pois nelas podemos visualizar as linhas gerais de uma forma de globalização inteiramente diferente, não-imperialista, que enfatiza o bem estar social e objetivos humanitários vinculados às formas criativas de desenvolvimento geográfico desigual, em vez da glorificação do poder do dinheiro, dos preços nos mercados de ações e da incessante acumulação de capital através dos variados espaços da economia global por quaisquer meios, mas sempre terminando por concentrar fortemente em alguns poucos espaços uma extraordinária riqueza. O momento pode estar repleto de volatilidade e incertezas, mas isto significa também que é um momento do inesperado e cheio de potencialidades revolucionárias.

Bibliografia:

- ANDERSON, P. (2002). "Internationalism: a breviary". *New Left Review*, nº 14.
- ARENDT, H. (1968). *Imperialism*. New York: Harcourt Brace.
- ARMSTRONG, P., GLYN, A. HARRISON, J. (1991) *Capitalism since World War II: the making and break up of the great boom*. Oxford: Basil Blackwell.
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. (1999). *Chaos and governance in the modern world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BELLO, W. (2002). *Deglobalization: ideas for a new world economy*. London: Zed Books.
- BRAUDEL, F. (1977). *Afterthoughts on material civilization and capitalism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- BREECHER, J. e COSTELLO, T. (1994). *Global village or global pillage? economic reconstruction from the bottom up*. Boston: South End Press.
- BRENNER, R. (2002). *The boom and the bubble: the U.S. in the world economy*. London: Verso.
- BURKETT, P. e LANDSBERG, H. (2001). "Crisis and recovery in East Asia: the limits of capitalist development". *Historical Materialism*, nº 8.
- COOPER, R. (2002). "The new liberal imperialism." *The Observer*, 7/abril.
- FALK, R. (2000). *Predatory globalization: a critique*. Cambridge: Polity Press.
- GILLS, B. K. (org.) (2000). *Globalization and the politics of resistance*. New York: Palgrave.
- GOWAN, P. (1999). *The Global Gamble: Washington's bid for world dominance*. London: Verso.
- HARDT, M. e NEGRI, T. (2000). *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- HENDERSON, J. (1999). "Uneven crises: institutional foundations of East Asian economic turmoil". *Economy and Society*, nº 28.

- JOHNSON, C. (1982). *MITI and the Japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-75*. Stanford: Stanford University Press.
- KLARE, M. (2002). *Resource wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt.
- LENIN, V. I. (1984). "Imperialism: the highest stage of capitalism". In: *Selected Works*, vol. 1, Moscú: Progress Publishers.
- LUXEMBURG, R. (1968). *The Accumulation of Capital*. Monthly Review Press.
- MARX, K (1967). *Capital*. Vol. 1, New York: International Publishers.
- MEHTA, U. (1999). *Liberalism and Empire*. Chicago: University Press.
- PERELMAN, M. (2000). *The invention of capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation*. Durham: Duke University Press.
- PETRAS, J. (2002) "A rose by any other name? The fragrance of imperialism". *The Journal of Peasant Studies*, nº 29.
- SOEDERBERG, S. (2002). "The new international financial architecture: imposed leadership and 'emerging markets'". *Socialist Register*.
- WADE, R. e VENEROSO, F. (1998). "The Asian crisis: the high debt model versus the Wall Street-Treasury-IMF complex". *New Left Review*, nº 228.
- WALTON, J. (1984). *Reluctant rebels: comparative studies on revolution and underdevelopment*, New York: Columbia University Press.
- WEBBER, M e RIGBY D. (1996). *The golden age illusion; rethinking post-war capitalism*. New York: Guilford Press.
- WILLIAMS, A. (1980). *Empire as a way of lif*. New York: Oxford.